

AS NEBULOSAS FRONTEIRAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Vera Maria Vidal **Peroni** – UFRGS

Agência Financiadora: CNPq

Resumo

O trabalho trata das redefinições no papel do Estado, que reorganizam as fronteiras entre o público e o privado e materializam-se de diferentes formas na educação básica pública, com implicações para o processo de democratização da educação. No caso brasileiro, muito lutamos pela democratização com direitos sociais materializados em políticas. Mas, ao mesmo tempo em que avançamos nos direitos conquistados, também foi naturalizado que o Estado não seria mais o principal executor. A política educacional, que historicamente no Brasil teve como parâmetro o mercado, estava dando os primeiros passos na construção da democratização da educação e de direitos sociais universais, quando nesse contexto o parâmetro de qualidade vinculado ao mercado foi fortalecido.

Palavras-chave: parceria público-privada em educação; política educacional; democratização da educação.

AS NEBULOSAS FRONTEIRAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Este texto procura debater as mudanças ocorridas nas relações entre o público e o privado, neste período particular do capitalismo, de redefinições do papel do Estado e as suas implicações para a democratização da educação. As mudanças nas fronteiras entre o público e o privado têm-se modificado no contexto atual de crise do capitalismo, em que as suas estratégias de superação - neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e Terceira Via - redefinem o papel do Estado, principalmente para com as políticas sociais.

Ao longo do texto, apresentaremos o debate acerca das relações entre o público e o privado na educação e a atuação do setor privado através de redes, ou o que alguns autores chamam de redes de governança. Consideramos que, mais do que uma metodologia, esta abordagem traz concepções de Estado e de sociedade civil, com importantes implicações para o direito à educação e seu processo de democratização. Neste sentido, apresentamos a seguir a nossa concepção de redes, democracia, sociedade civil e Estado. É importante frisar que este é um debate teórico, com autores que pesquisam a relação entre o público e o privado em educação, e que têm importante contribuição. Em alguns pontos, concordamos e os apresentamos como referência e, em outros, expomos concepções diferentes, o que em nosso entendimento, contribui para o debate acadêmico sobre o tema.

Assim, o conceito de democracia que embasa as análises é a não-separação entre o econômico e o político, com direitos sociais materializados em políticas (WOOD, 2003) e a coletivização das decisões (VIEIRA, 1998), com a elaboração de políticas na prática social, crítica e autocrítica no curso de seu desenvolvimento (MÉSZÁROS, 2002). A democracia não é uma abstração, é entendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social.

É importante destacar que, em nosso enfoque teórico metodológico, a política educacional não é, simplesmente, determinada pelas mudanças sociais e econômicas, mas é parte constitutiva dessas mudanças e o Estado, assim como capital, deve ser visto como relação ou processo em um movimento de correlação de forças de sujeitos¹ situados em um determinado contexto histórico e geográfico². Neste sentido, Estado e sociedade civil são perpassados por correlações de forças de classes sociais e projetos societários distintos. Destacamos que estamos tratando em nossas pesquisas da sociedade civil mercantil, onde o privado está vinculado ao mercado. O foco da análise é a privatização do público com implicações para a democratização da educação. Assim, não se trata de uma contraposição entre Estado e sociedade civil, pois vivemos em uma sociedade de classes em que sociedade civil e Estado são também perpassados por interesses mercantis. Portanto, também as redes não são abstrações, mas formadas por sujeitos (individuais e coletivos) em relação, perpassados por objetivos de classe.

É importante, ainda, ressaltar que temos como pressuposto que a relação entre o público e o privado não inicia neste período particular do capitalismo; historicamente,

¹ Sujeitos individuais ou coletivos na concepção de Thompson (1981).

² Contexto histórico e geográfico na concepção de Harvey (2005)

foram muito tênues as linhas divisórias entre o público e o privado em nosso país. A democratização da educação pública ainda é um longo caminho a trilhar e questionamos acerca das implicações da mercantilização do público neste processo.

Neste momento constatamos várias formas de privatização do público: ou através da alteração da propriedade, ocorrendo a passagem do estatal para o terceiro setor ou privado; ou através de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, onde o privado acaba definindo o público; ou, ainda, aquilo que permanece com a propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de mercado, reorganizando principalmente os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional. Neste trabalho, apresentaremos dois exemplos baseados em pesquisas, sobre como este processo está se materializando na educação básica, na relação entre o Movimento Todos pela Educação e o Guia de Tecnologias do MEC, o que caracteriza a chamada filantropia 3.0 de Ball, tanto pela atuação em redes, como a vinculação entre o “doar e o lucro”. Para o autor, “o que há de ‘novo’ na ‘nova filantropia’ é a relação direta entre o ‘doar’ e os ‘resultados’ e o envolvimento direto dos doadores nas ações filantrópicas e nas comunidades de políticas. (...) (Ball, Olmedo, 2013, p. 33). Analisaremos também a atuação do Instituto Unibanco em escolas públicas do ensino médio, através do Programa Jovem de Futuro.

Entendemos que as mudanças nas fronteiras entre o público e o privado são partes de redefinições no papel do Estado, que ocorrem em um período particular de crise estrutural do capital, em que as contradições estão mais acirradas. Assim como no pós-guerra suas estratégias foram principalmente o fordismo/ keynesianismo, nos países centrais, e o fordismo/Estado desenvolvimentista nos países periféricos, neste período suas principais estratégias são o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, a globalização e a Terceira Via.

O Estado foi chamado historicamente a tentar controlar ou regular as contradições do capital e a relação capital/trabalho. Atualmente, apesar do anunciado Estado mínimo pelo neoliberalismo, ele é chamado a “socorrer” o capital produtivo e financeiro nos momentos de maior crise. E, contraditoriamente, foi e é considerado o “culpado pela crise” pela teoria neoliberal.

Buchanan et al, (1984), teórico neoliberal, aponta as instituições democráticas contemporâneas como irresponsáveis, e o remédio seriam medidas restritivas constitucionais para conter os governos, colocando-se os instrumentos de controle fora das instituições representativas e partindo-se do princípio de que os controles políticos

são inferiores ao de mercado. Observamos, nas pesquisas acerca das parcerias entre o público e o privado, que esta tem sido uma justificativa apontada pelas instituições privadas para fazer a parceria. Como é o caso do Instituto Ayrton Senna³, que parte do pressuposto que a educação pública vai mal e que deve “salvá-la”:

Os programas do Instituto Ayrton Senna são **soluções educacionais que ajudam a combater os principais problemas da educação pública** do país. E contemplam três grandes áreas: educação formal, educação complementar e educação e tecnologia. (...) Implementados em grande escala com estratégias e metas pré-definidas, os programas recebem acompanhamento e avaliações sistemáticas para alcançar um único objetivo: o sucesso do aluno na escola. (grifo da autora) (http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/programas_educacao_formal.asp. acesso em 2 de fevereiro de 2014)

É o mesmo diagnóstico apresentado pelo Instituto Unibanco, conforme apresentaremos no decorrer do texto. É interessante destacar, ainda, que os Institutos definem políticas, com concepção, acompanhamento e avaliação da educação nas redes públicas parceiras. Na justificativa de sua atuação, apresentam problemas na qualidade de ensino público e assumem o que seriam tarefas do Estado para com as políticas públicas de educação. O que Rodhes (1996) define como a privatização via direção e execução das políticas educativas.

Esta perspectiva salvacionista, de que o privado mercantil deve garantir a qualidade da educação pública, não é uma visão isolada de um Instituto, ela está inserida em uma lógica que naturaliza essa participação, pois parte do pressuposto que não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, para essa concepção, é reformá-lo ou diminuir sua atuação para superar a crise. A lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo.

Para Buchanan, o paradigma da ação humana em todas as dimensões passa pela relação de troca, pelo jogo de interesses. Isso é tanto um pressuposto como uma prescrição, no sentido de que todas as relações tenham a troca como modelo. (BUCHANAN et al, 1984). Verificamos que esta prescrição tem se materializado na educação de diversas formas. Para Ball e Junemann (2012), as fronteiras entre filantropia, negócios e setor público foram movidas, e as mudanças são endógenas e exógenas (dentro e fora do setor público). Essas mudanças ocorrem através da

³ Sobre o tema parcerias entre sistemas públicos de educação básica e o Instituto Ayrton Senna ver relatório de pesquisa Adrião, Peroni, 2010.

disseminação de valores e práticas de empreendimento, empreendedorismo e transposição do discurso internacional do gerencialismo.

Clarke e Newman (2012) denominam gerencialismo:

(...) mesmo onde os serviços públicos não foram totalmente privatizados (e muitos permaneceram no setor público), era exigido que tivessem um desempenho como se estivessem em um mercado competitivo. Era exigido que se tornassem semelhantes a negócios e este ethos era visto como personificado na figura do gerente (em oposição ao político, ao profissional ou ao administrador). Isto introduziu novas lógicas de tomada de decisão que privilegiavam economia e eficiência acima de outros valores públicos. (Clarke; Newman, 2012, p. 358)

Estas redefinições no papel do Estado para com os direitos sociais materializados em políticas, ocorrem como parte de uma lógica de mercado que redefine o conceito de democracia. A democracia e as regulações sobre o Estado são prejudiciais ao livre andamento do mercado, por isso é preciso estabelecer limites constitucionais contra as instituições democráticas vigentes: eliminando o voto, o que é mais difícil, ou restringindo o impacto do voto através da privatização e desregulamentação, provocando o desmantelamento do Estado. (Buchanan, et al, 1984)

No entanto para a Terceira Via⁴, atual socialdemocracia, como tem o mesmo diagnóstico neoliberal, de que a crise está no Estado, propõe o repasse das políticas sociais para a sociedade civil, através de parcerias com o terceiro setor. Esse processo significa perda de direitos democráticos, historicamente construídos como um avanço no processo de democratização, já que repassa à sociedade civil a execução e direção das políticas sociais. Como para esta teoria não há mais direita e esquerda, nem classes sociais (Giddens, 2001), a sociedade civil tem objetivos filantrópicos e de ajuda mútua e deve atuar no bem comum, assumindo tarefas que até então eram do Estado na consecução do direito. Questionamos a perspectiva abstrata de sociedade civil e democracia desta proposta e ao longo de texto traremos exemplos indicando como ocorre a atuação da sociedade civil vinculada ao mercado na educação.

Ball e Olmedo (2013) trazem importante contribuição acerca deste debate, apontando que as mudanças na filantropia ocorreram em três etapas: “da doação paliativa (ou seja, a filantropia tradicional ou a ‘filantropia 1.0’), à filantropia para o desenvolvimento (‘filantropia 2.0’), e, finalmente, à doação ‘rentável’, constituindo

⁴ Apresentada por Giddens (2001) como uma proposta alternativa ao neoliberalismo e à antiga social democracia

aquilo que é chamado de ‘filantropia 3.0’. (Ball, Olmedo, 2013, p. 34). E destacam ainda que esta terceira etapa da filantropia ocorre “como nós interconectados que operam de acordo com lógicas de rede(...)”. (BALL, OLMEDO, 2013, p. 40)

Para Rhodes (1996), a governança ocorre pela gestão de redes. O autor analisa governança como redes interorganizacionais auto-organizadas. Para ele, as principais características da governança são: a interdependência entre organizações, mudança nas fronteiras entre público, privado e setores voluntários, a contínua interação entre os membros das redes, causada pela necessidade de troca de recursos e de negociar propósitos partilhados, as interações como jogo, baseadas na confiança e reguladas por regras do jogo negociadas e de acordo com os participantes e o significativo grau de autonomia perante o Estado, já que as redes não prestam contas ao Estado, pois são auto-organizadas. Nesse caso, questionamos: como ocorre o controle social? Quem deve ser o responsável pelos direitos sociais?

Ball e Junemann (2012) pesquisam como a governança tem sido feita e por quem. Os autores apresentam rede com um método para traçar e representar as relações sociais no campo da política e como ferramenta analítica. Para os autores, o conceito de *Policy network* (redes de políticas) é um termo analítico e descritivo que se refere a uma forma de governança que entrelaça mercados inter-relacionados e hierarquias. Algumas partes do Estado têm menos controle e outras têm mais do que antes (BALL; JUNGEMANN, 2012). O Estado pode mudar de parceiros facilmente, uma vez que programas e iniciativas podem ser encerrados, contratos rescindidos e agências fechadas.

Para os autores, é importante verificar o que é novo na nova filantropia e destacam, entre outros fatores, a relação com os resultados (*giving to outcomes*). Um empresário entrevistado por eles deixa claro que vai investir onde os resultados são mais efetivos. Outro aspecto da nova filantropia, vinculado aos resultados, é que os financiadores querem ver e mensurar os impactos. A filantropia estratégica busca projetos inovadores. Os autores ressaltam que, se o projeto prova a eficácia, é apresentado aos governos para ampliá-lo e financiá-lo. Os empresários têm investido em projetos pilotos (Ball, Junemann, 2012). Foi o que verificamos com o Instituto Unibanco, conforme apresentaremos neste texto. O Programa Jovem de Futuro passou por uma fase piloto, de validação da tecnologia até se transformar em política pública.

Outra característica da nova filantropia, apontada pelos autores é o *venture capitalism*, capitalismo de risco, isto é, os empresários querem ver o retorno, mas

aceitam riscos. E, assim, os filantropistas tomam as decisões sobre onde colocar o dinheiro, influenciando ou definindo as políticas sociais em geral e, em particular, as políticas educacionais.

Para Ball e Olmedo (2013), redes são feitas de capital social, que pode ser desenvolvido, investido e acumulado. Os participantes são multifacetados, atores podem ser envolvidos nas redes em uma variedade de modos. As redes têm fluxos de ideias e pessoas também entre o público e o privado, conforme exemplificaremos na rede do conselho de governança do Instituto Unibanco.

Questionamos as consequências para a democratização da educação em particular e dos direitos sociais em geral, já que as redes não têm representatividade social e nem compromissos com justiça social ou com a materialização de direitos. É importante lembrar que entendemos as redes como sujeitos (individuais e coletivos) em relação⁵ com projeto de classe.

No Brasil, verificamos o protagonismo de empresários através do Movimento Todos pela Educação (TPE)⁶, criado em setembro de 2006. A estratégia de atuação do TPE engloba o monitoramento e análise dos indicadores educacionais oficiais, definindo a agenda educacional no país e avaliando os resultados. Este movimento tem um protagonismo cada vez maior, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Em setembro de 2011, organizou um seminário em conjunto com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), para a criação da rede latino-americana de organizações da sociedade civil pela educação.

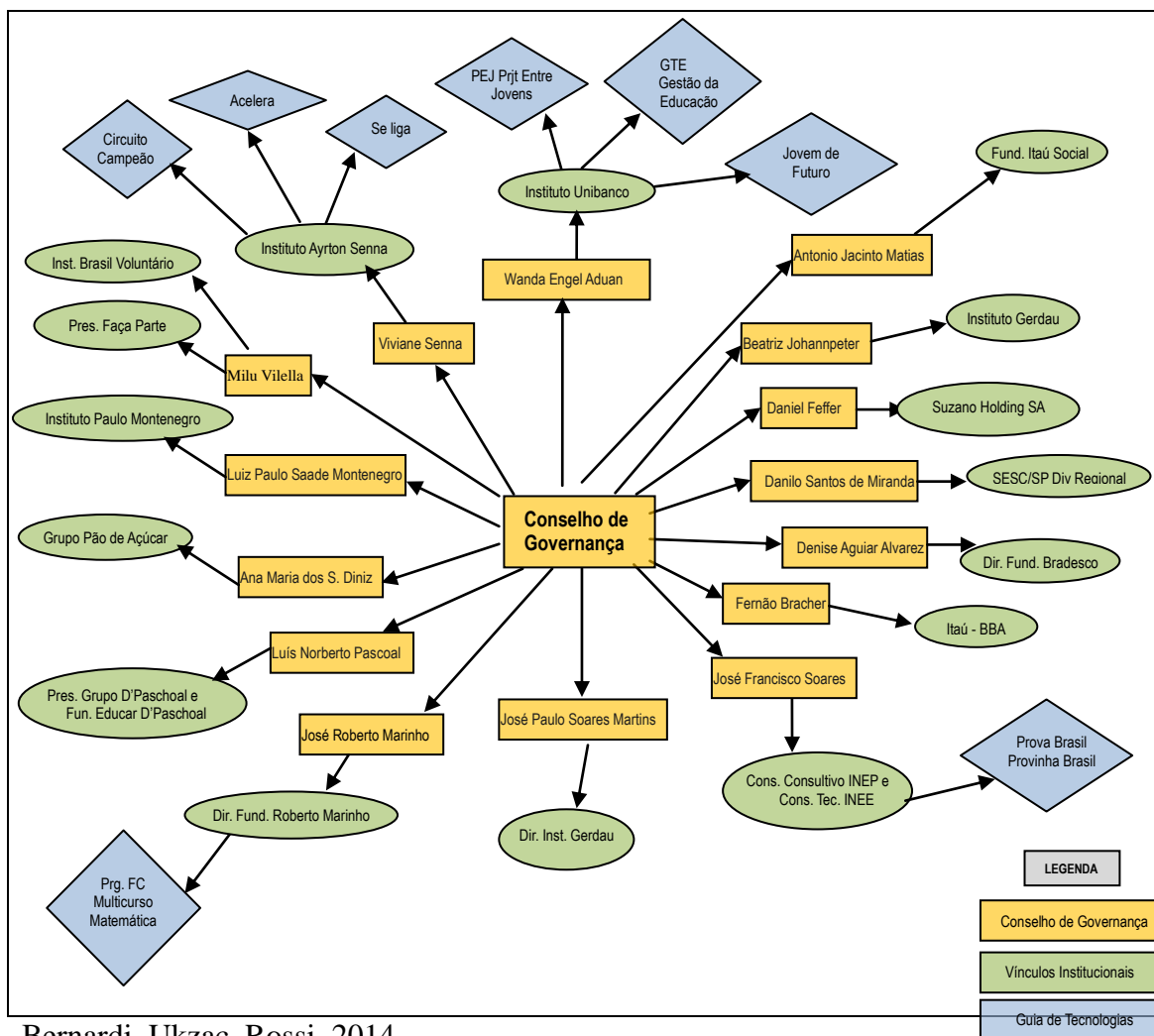
Outro ponto importante é a relação entre o TPE e o Plano de Desenvolvimento da Educação, e mais especificamente ao Guia de Tecnologias, em que os empresários atuam diretamente no sistema público através da venda de tecnologias educacionais.

Conforme Bernardi, Uczak, Rossi, (2014), os mesmos sujeitos do movimento empresarial Todos pela Educação são agentes e interlocutores no setor público, junto ao Ministério da Educação, tornando-se clientes do Estado ao ofertarem produtos no Guia de Tecnologia ou recomendações. Os autores apresentam o conselho de governança e as instituições, conforme figura 1:

Figura 1- Sujeitos individuais e coletivos e relações com o Guia de Tecnologias

⁵ Sujeitos e relação na concepção de Thompson (1981)

⁶ Sobre este tema ver Martins (2013)



Esta vinculação entre o Movimento Todos pela Educação e os produtos ofertados pelo Guia de Tecnologias nos remete a algumas análises: a vinculação entre o que Ball e Junemann, (2012) e Rodhes, (1996) têm chamado de *steering* (direção) e *rowing* (execução) na análise de redes. Neste caso, os empresários atuam tanto na direção quanto na execução, pois influenciam fortemente nas políticas nacionais e chegam até a sala de aula com a venda de produtos pedagógicos.

É o que Robertson e Verger (2012) destacam como a influência do setor privado em todas as instâncias da educação: “as PPPEs permitiram seu rápido avanço, dado que o setor privado está agora profundamente enraizado no coração dos serviços públicos educacionais, em todos os níveis, desde a política e a pesquisa até a aprendizagem nas salas de aula”. (Robertson, Verger, 2012, p. 1149).

Ocorre também o que Ball chama de filantropia 3.0, já que a filantropia está vinculada ao lucro, através da venda de produtos para as escolas e sistemas públicos, mesmo aquelas que se dizem sem fins lucrativos. Outra questão a destacar é a relação

entre o público e o privado no Programa de Desenvolvimento da Educação, em que o poder público federal está mais presente do que jamais esteve na história da educação brasileira, mas ao mesmo tempo em parceria com o setor privado em áreas estratégicas da educação brasileira, fomentando a lógica de mercado no interior da escola pública.

Além da participação de redes políticas, como apontamos o exemplo do Movimento Todos pela Educação, que influenciam nas políticas educacionais, constatamos outras formas de privatização do público em nossas pesquisas.

Através de programas educacionais, nos quais o governo apenas repassa alguns recursos para que a sociedade execute; por exemplo, na educação de Jovens e Adultos, o Programa Brasil Alfabetizado, na educação infantil as creches comunitárias⁷, e na educação especial, onde historicamente instituições filantrópicas têm atuado. Ocorre também pela “venda” de materiais pedagógicos e materiais estruturados que incluem uma proposta de currículo, metodologia e avaliação.⁸ E também através das parcerias entre sistemas públicos e instituições do Terceiro Setor, em que a execução das políticas permanecem estatais, mas o privado acaba interferindo no conteúdo da educação pública, tanto no currículo quanto na gestão e organização escolar. A seguir, traremos como exemplo a pesquisa atual com o Instituto Unibanco, que ocorre em escolas de ensino médio.

O Instituto Unibanco foi criado em 1982, inicialmente para promover as ações e os investimentos sociais do banco⁹, financiou a Alfabetização Solidária (ALFASOL), durante o governo Fernando Henrique Cardoso e expandiu sua atuação na educação formal em 2003, quando foi eleito o governo Lula, com a expectativa social de uma proposta de educação mais vinculada aos trabalhadores, em um processo de correlação de forças por projetos societários e de formação humana. O Instituto tinha como objetivo que suas tecnologias se transformassem em políticas públicas, por isso em 2007 concebeu e implantou o Projeto Jovem de Futuro (PJF), que atuou em escolas de ensino médio, de forma experimental. Em 2011, o PJF teve sua tecnologia validada e ampliada para a aplicação em larga escala, em parceria com o Ministério da Educação, no Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI). A parceria passou a se chamar ProEMI/JF.

⁷ Sobre Creches comunitárias ver SUSIN, 2009 e Flores, Susin, 2013, Borghi, Adrião, Garcia, ,2011.

⁸ Sobre a compra de sistemas privados ver Adrião, Garcia, Borghi, Arelaro , 2009.

⁹ Em 2008 formou o conglomerado Itaú Unibanco

Conforme Portaria 971/09, o Programa Ensino Médio Inovador foi criado “com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional” (Brasil, p. 1, 2009).

Conforme consta em seus documentos, o PROEMI tem o objetivo de fomentar metodologias e emancipadoras e dar condições para que sistemas públicos e escolas construam propostas curriculares democraticamente debatidas. Conforme o documento orientador do PROEMI: “A construção do Projeto de Redesenho Curricular (PRC) deverá ocorrer de forma coletiva e participativa contemplando ações que correspondam à realidade da escola e dos estudantes”. (BRASIL, MEC, 2014, p.14).

No entanto, o próprio governo federal, que apresentou o Programa Ensino Médio Inovador, fez convênio com o Instituto Unibanco, abrindo a possibilidade de que os sistemas estaduais, que são responsáveis pelo ensino médio no país, fizessem parcerias para a implantação do PROEMI. Assim, no lugar de uma construção democrática e coletiva na escola, a proposta curricular deveria ser feita através de um padronizado sistema de gestão e avaliação que, na concepção do Instituto Unibanco, seria o caminho para qualificar a aprendizagem dos alunos.

“Para o Jovem de Futuro, uma gestão eficiente, participativa e com foco nos resultados positivos de aprendizagem pode influenciar de maneira decisiva a qualidade da educação oferecida pela escola. Nessa perspectiva, além de incentivar o redesenho curricular das escolas, com orientação e recursos financeiros direcionados pelo MEC, o ProEMI/JF também busca fortalecer a gestão escolar, com foco na melhoria dos resultados de ensino”. (UNIBANCO, 2013, p. 11)

Como vimos, a proposta do PROEMI tem o foco no currículo, enquanto o Instituto Unibanco, através do Programa Jovem de Futuro (PJF), apresenta uma proposta mais vinculada à gestão da escola como indutora da aprendizagem dos alunos. O PJF parte do diagnóstico de que o problema está na gestão da escola, considerada ineficiente e ineficaz, e propõe a Gestão Escolar para Resultados (GEpR), que adota sistemas de informação voltados para o monitoramento, controle e avaliação e a utilização de programas de comunicação para garantir ampla adesão da comunidade às ações da escola, com o objetivo orientados para os resultados na aprendizagem (<http://www.portalinstitutounibanco.org.br/> Acesso em 21 de maio de 2014.).

O conceito de GEpR parte do pressuposto de que **qualquer organização**, principalmente aquelas voltadas para o interesse público, deve ter uma qualificação técnica e social da gestão. (Unibanco, 2014, p. 4, grifo da autora). O Instituto entende

que a gestão da escola não tem especificidades e que pode adotar a perspectiva de gestão de “qualquer organização”.

A gestão focada em resultados é efetivada na escola através da construção de um Plano de Ação, “a partir de atividades de planejamento, execução, monitoramento e avaliação que compõem um processo cíclico, retroalimentado e contínuo. Por isso, aqui denominado ‘Circuito de Gestão’”. (Unibanco, 2014, p. 10)

Conforme documento do Instituto, são resultados esperados: a) dos alunos: R1 – Alunos com competências e habilidades em Língua Portuguesa e Matemática desenvolvidas. R2 – Alunos com alto índice de frequência; b) dos professores: R3 – Professores com alto índice de frequência, R4 – Práticas pedagógicas melhoradas; c) da gestão: R5 – Gestão escolar para resultados, R6 – Infraestrutura da escola melhorada.

O Plano de Ação é elaborado para garantir os resultados esperados, no entanto, se a escola não os atingir, sofre sanções financeiras, conforme consta no material de formação do Instituto: na primeira queda, o aporte financeiro reduz a 50%, na segunda, reduz 25%, e na terceira é o final do ciclo.

É possível observar que a premiação por desempenho é entendida como incentivo, bem dentro da lógica mercantil. Em escolas carentes de tudo, professores com baixíssimos salários e alunos em condição social precária, o Instituto acaba entrando com a sua proposta pedagógica e de gestão sem grandes resistências. Questionamos se não é uma forma de privatização da escola pública e de comprar políticas e princípios educacionais.

Para controlar as ações do projeto Jovem de Futuro, o Instituto Unibanco desenvolveu uma Plataforma *online* de gestão de projetos das escolas e formação a distância. Atualmente, é composta pelo Sistema de Gestão de Projetos (SGP) e pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). É um sistema de controle muito parecido com o SIASI do Instituto Ayrton Senna.

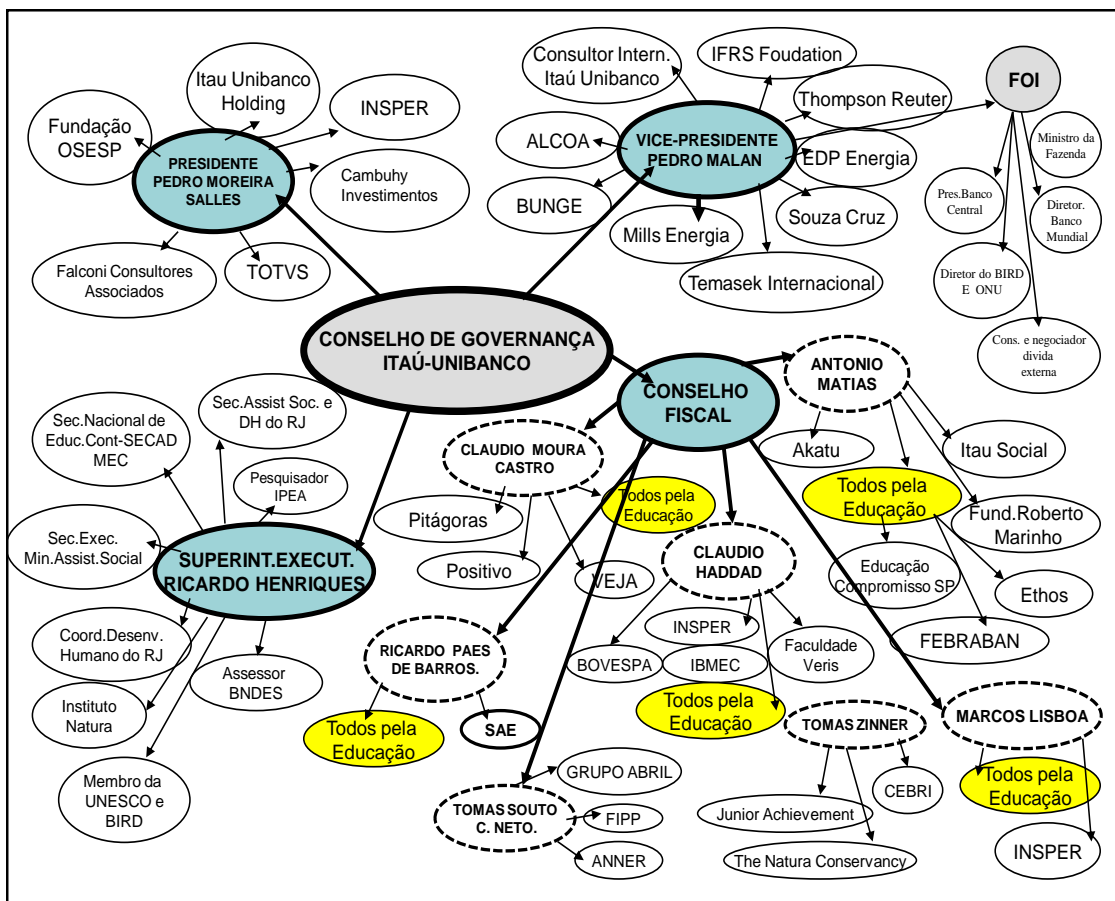
Outro ponto de destaque é a formação de professores e gestores na gestão por resultados. É obrigatória a participação em um curso de 120 horas durante os três anos do projeto. Na escola, participam o diretor, o coordenador pedagógico e um professor, e na secretaria de educação participam supervisores e técnicos responsáveis por acompanhar as escolas, profissionais que são o centro das decisões na definição e execução das políticas educacionais.

Outra questão importante é que o conselho escolar, um dos importantes pilares da democratização escolar, perde importância, já que é formado outro conselho gestor na escola vinculado ao projeto. Conforme documento do Unibanco a “ função do Grupo Gestor é, em conjunto com o diretor da escola, planejar e coordenar a elaboração do Plano de Ação, implementar e executar o ProEMI/JF, tomando as decisões necessárias para garantir o seu sucesso.

Destacamos ainda, que o PJJ se utiliza de programas **padronizados** para os diferentes estados do país e um forte controle e **monitoramento dos resultados**, como já vem sendo pesquisado em outros programas, como o caso do Instituto Ayrton Senna.

A seguir apresentaremos os sujeitos que compõem o conselho de governança do Instituto Unibanco

Figura 2 – Conselho de Governança do Instituto Unibanco e suas relações



Peroni, Caetano, 2014

Entendemos que os sujeitos que participam do Conselho de Governança são sujeitos históricos com experiências¹⁰ que se relacionam ou não com a educação, que estão em relação a outros sujeitos, que defendem interesses individuais ou coletivos, por isso é interessante analisar as relações que estabelecem com a própria instituição financeira Itaú/Unibanco, outras instituições financeiras, governo, instituições privadas educacionais, instituições do terceiro setor, organizações internacionais para analisarmos seus vínculos de classe.

Observamos, ainda, no quadro apresentado pelas autoras, que vários conselheiros ocupam cargos importantes na Instituição Financeira Itaú/Unibanco, sendo seu conhecimento na área financeira e não educacional. Na relação com o governo federal destacamos que o conselheiro Ricardo Paes de Barros, atual subsecretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e Ricardo Henriques, superintendente do Conselho de Governança, ex-secretário da SECAD/MEC (2004-2007). Além de personagens históricos na defesa do fortalecimento do mercado na educação, como o conselheiro Claudio de Moura Castro, vinculado à Faculdade Pitágoras e grupo Positivo e Claudio Haddad, Faculdades Ibmecc. Outro fato a destacar é que a maioria dos conselheiros participa também do Movimento Todos pela Educação.

Enfim, a presença do setor privado na execução e direção das políticas educacionais é internacional, mas destacamos as consequências para a democratização da educação no caso brasileiro que não tem um histórico de cultura democrática e está dando passos importantes no direito à educação no período recente pós-ditadura, ao mesmo tempo em que sujeitos, vinculados ao mercado, se articularam para uma grande ofensiva para imprimir novamente a lógica de mercado na educação, como historicamente ocorreu neste país.

Considerações Finais

Neste texto, apresentamos alguns elementos para o debate sobre como as redefinições no papel do Estado reorganizam as fronteiras entre o público e privado e materializam-se das mais diferentes formas na educação básica pública, e suas implicações para o processo de democratização da educação no Brasil. Enfatizamos que, no período atual, a garantia do acesso à educação pública foi ampliada o que consideramos um avanço no processo de democratização. No entanto, também

¹⁰ Experiência conforme Thompson (1981)

verificamos a presença cada vez maior do privado mercantil definindo a educação pública. O Estado continua o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que assim estão contribuindo para a qualidade da escola pública.

Em nossas pesquisas, analisamos as várias formas de relação entre o público e o privado na educação básica. Esta lógica foca nos resultados em detrimento do processo democrático que tem princípios coletivistas e focados na construção de valores democráticos.

As parcerias são uma das formas encontradas para chegar diretamente à escola, à sala de aula, e definir e controlar o que e como será ensinado. Questionamos o motivo pelo qual as redes públicas têm buscado as parcerias com as instituições privadas.

É interessante destacar, ainda, que o Instituto Unibanco, assim como o IAS define políticas, com a concepção, acompanhamento e avaliação da educação nas redes públicas parceiras. Na justificativa de sua atuação, apresentam problemas na qualidade de ensino e assumem o que seriam tarefas do Estado para com as políticas públicas de educação.

As metodologias empregadas são padronizadas e replicáveis, ao contrário das propostas de reestruturação produtiva, do próprio capital, que propõem a formação de um trabalhador criativo, que responda rapidamente às demandas com capacidade de raciocínio e trabalho em equipe.

O Instituto Unibanco tem uma peculiaridade muito preocupante, ele financia a escola e assim, muitas escolas públicas acabam aderindo para receber recursos. Terminam por submeter-se as suas metas, o que interfere em toda a escola, desde o conselho escolar até o conteúdo de ensino, já que aplicam provas e as escolas que não atingirem as metas propostas não recebem as parcelas do financiamento. Questionamos se não é uma “compra da escola pública”, precarizada após a falta de investimentos em políticas educacionais que ocorreu no Brasil, principalmente na década de 1990.

Outra questão vinculada ao papel do Estado de que tratamos foi a importância das redes globais para a definição da educação. Com os novos sujeitos que passam influenciar fortemente as políticas educacionais como instituições filantrópicas e redes globais, as responsabilidades ficam cada vez mais diluídas quanto a responsabilidade pela execução do direito à educação. Enfatizamos que entendemos redes como sujeitos (individuais ou coletivos) em relação, situados em um contexto histórico e geográfico

(HARVEY, 2005) e perpassados por objetivos de classe. As formas de redes em si podem ser instrumentos para mais participação ou ao contrário, para controle e jogo de influência. Neste sentido, a questão central é que a rede, em nosso entendimento, não deve substituir o poder público na execução dos direitos sociais e no debate público acerca do conteúdo da educação, através da concepção de pedagogia, currículo e avaliação vinculada ao debate acerca do papel do conhecimento em um projeto societário mais justo e democrático.

Concordamos com os autores citados sobre a organização cada vez maior do privado dando a direção às políticas públicas. No entanto, entendemos que o setor privado mercantil, organizado ou não em redes, não é uma abstração, é formado e operado por sujeitos individuais e coletivos em um projeto de classe. E são parte de uma ofensiva histórica do capital e com especificidades neste período particular do capitalismo.

As relações entre o público e o privado remetem para as redefinições do papel do Estado e neste sentido concordamos com Wood (2014) de que o “Estado é hoje mais essencial do que nunca para o capital mesmo – ou especialmente – em sua forma global.

A autora aponta ainda, que o capitalismo global é o que é não somente por ser global, mas acima de tudo por ser capitalista. Os problemas associados à globalização “não existem simplesmente porque a economia é global, ou porque as empresas globais são incomparavelmente cruéis, nem mesmo por serem excepcionalmente poderosas (...) a globalização é o resultado e não a causa”. Neste sentido, entre as empresas globais, “nem mesmo a mais benigna ou responsável consegue fugir à compulsão do capital (...) e deve seguir as leis de mercado para sobreviver.” E assim “– o problema não é de uma ou outra empresa, desta ou daquela agência internacional, mas do sistema capitalista em si (...)” (Wood, 2014, p. 25)

No Brasil, por um lado avançamos no acesso à educação, que tem aumentado nos últimos anos, mas por outro, há um avanço da privatização do público e de naturalização das perdas da democratização da educação. Muito lutamos por autonomia, participação de todos os setores da comunidade educacional na definição do projeto pedagógico da escola, o fortalecimento dos conselhos, o conteúdo vinculado à realidade, enfim, pela democratização da educação que, pela primeira vez na história brasileira, teria como parâmetro a construção de uma sociedade democrática e não o modelo empresarial. Quando avançamos alguns passos neste sentido, em um processo de

correlação de forças, o setor empresarial se reorganiza, em uma grande ofensiva, para retomar a direção política da educação.

Enfim, conforme o conceito de democracia tratado neste artigo, como coletivização das decisões (VIEIRA, 1998), direitos sociais materializados em políticas (WOOD, 2003), e a elaboração de políticas através da prática social crítica e autocrítica no curso de seu desenvolvimento (MÉSZÁROS, 2002), ressaltamos que as mais diversas formas de relação entre o público e o privado materializados em políticas educacionais, tem fortes implicações para a democratização da educação.

Referências Bibliográficas

ADRIÃO, T., GARCIA, T., BORGUI, R, ARELARO, L.. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. *Educ. Soc.*, Out 2009, vol.30, no.108, p.799-818. ISSN 0101-7330, 2009.

ADRIÃO, T. & PERONI, V.. *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*. Relatório de pesquisa, 2010.

BALL, S. *Global education INC*. New policy networks and the neo-liberal imaginary. London: Routledge, 2012.

BALL, S. JUNEMANN, C. *Networks, new governance and education*. Policy Press, University of Bristol. 2012

BALL, S. OLMEDO. A. A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. (org). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília, Liber Livro, 2013.

BERNARDI, L. UCZAK L., ROSSI A. Do Movimento Todos pela Educação ao Plano de Ações Articuladas e Guia de Tecnologias: empresários interlocutores e clientes do Estado. Trabalho apresentado na ANPAE Sul, 2014.

BORGHI, R. ; ADRIÃO, T. ; GARCIA, T . As parcerias público-privadas para a oferta de vagas na educação infantil: um estudo em municípios paulistas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (Impresso), v. 231, p. 124, 2011.

BUCHANAN, J., at al. *El analisis economico de lo politico: lecturas sobre la teoria de la eleccion publica*. Madrid: Instituto de Estudios Economicos,1984.

- CLARKE, Jonh, NEWMAN, Janet. Gerencialismo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.
- DENS, A. *A Terceira Via*: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, D. (2005). *O neoliberalismo história e implicações*. São Paulo: Loyola.
- MARTINS, E.M. “Movimento Todos pela Educação”: um projeto de nação para a educação brasileira. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MÉSZAROS, I. (2002) *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP.
- PERONI, V. M. V. (2003). *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã.
- PERONI, V.; ROSSI, A. J. ; PIRES, D. O. ; UCZAK, L. H. ; COMERLATTO, L. P. ; CAETANO, M. R. . Relação Público Privado na Educação Básica notas sobre o histórico e o caso do PDE-PAR Guia de Tecnologias. Série-Estudos (UCDB), v. 34, p. 31-44.,2012.
- PERONI, V. (org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília, Liber Livro, 2013.
- PERONI V., CAETANO, R. *Relações entre o público e o privado na educação: Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco*. Trabalho apresentado na ANPAE Sudeste. 2014.
- RHODES, R. A. W. *The New Governance: Governing without Government*. Political Studies XLIV 65,1996.
- ROBERTSON, S., VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educ. Soc.*, Dez 2012, vol.33, no.121, p.1133-1156. ISSN 0101-7330. 2012.
- ROSSI, BERNARDI, UCZAK. Relação público-privada no Programa de desenvolvimento da educação: uma análise do Plano de Ações articuladas. In: PERONI, V. (org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília, Liber Livro, 2013.
- SUSIN, Maria Otilia. A qualidade na educação infantil comunitária em Porto Alegre : estudo de caso em quatro creches conveniadas. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 363 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

INSTITUTO UNIBANCO. *O Plano em Ação* circuito de gestão contínuo, integrado e com foco nos resultados de aprendizagem. São Paulo: Instituto Unibanco, 2014.

INSTITUTO UNIBANCO. *Ensino Médio Inovador e Jovem de Futuro* São Paulo: Instituto Unibanco, 2013.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, E.. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, p. 9-23, mar, 1998.

WOOD, E. M. *Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *O Império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.